





# DE 23 A 27 MAIO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS



ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

# Projeto de Lei 241/XIII

Pelo alargamento dos créditos abrangidos pelo Fundo de Garantia Salarial Autoria: BE

# Projeto de Lei 242/XIII

Reconhece o direito à autodeterminação de género

Autoria: BE

### Projeto de Lei 245/XIII

Altera o Código Penal, dispensando de queixa o crime de violação de obrigação de alimentos e agravando as respetivas penas Autoria: CDS-PP

### Projeto de Lei 246/XIII

Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de exposição ou abandono ou de omissão de obrigação de alimentos

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Lei 247/XIII

1.ª Alteração à Lei nº 25/2012 de 16 de Julho, alargando a dimensão do Testamento Vital ao planeamento da velhice, para além da situação de doença

Autoria: CDS-PP







# Projeto de Lei 248/XIII

Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece o direito do trabalhador que estiver a 1 ano da idade legal de reforma poder optar por trabalhar a tempo parcial por 2 anos

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Lei 249/XIII

Altera o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho Autoria: PCP

### Projeto de Lei 250/XIII

Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa

Autoria: PCP

### Projeto de Lei 251/XIII

Restringe o acesso à prática de atividades tauromáquicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2015 de 23 de abril, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico

Autoria: PEV

### Proposta de Lei 20/XIII

Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que fixa o regime para a determinação das condições de recursos das prestações sociais dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade e outros apoios sociais públicos Autoria: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

### Projeto de Resolução 334/XIII

Pela alteração do Regime Jurídico do Trabalho Portuário

Autoria: BE

# Projeto de Resolução 338/XIII

Recomenda ao Governo que crie incentivos adicionais de apoio à contratação de desempregados maiores de 55 anos

Autoria: CDS-PP

# Projeto de Resolução 339/XIII

Recomenda ao Governo que crie um Plano de Gestão da Carreira dirigido aos trabalhadores mais velhos

Autoria: CDS-PP

# Projeto de Resolução 340/XIII

Recomenda ao Governo que elabore e execute uma Estratégia Nacional para um Envelhecimento Ativo e para a Longevidade

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 341/XIII

Recomenda ao Governo que equipare ao setor público o regime do setor privado, em que é permitido, a quem pretender, continuar a trabalhar depois dos 70 anos

Autoria: CDS-PP







### Projeto de Resolução 342/XIII

Recomenda ao Governo que incentive o desenvolvimento de iniciativas de voluntariado sénior

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 343/XIII

Recomenda ao Governo que melhore e qualifique o Serviço de Apoio Domiciliário

Autoria: CDS-PP

#### Projeto de Resolução 344/XIII

Recomenda ao Governo que pondere e estude o alargamento do âmbito e das competências da atual Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 345/XIII

Recomenda ao Governo que proceda à atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 346/XIII

Recomenda ao Governo que reative a Linha Saúde 24 Sénior até ao início do outono

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 347/XIII

Recomenda ao Governo que promova uma campanha informativa de divulgação e incentivo ao registo do Testamento Vital, nos principais meios de comunicação social e em todos os serviços públicos com locais de atendimento, incluindo autarquias.

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 348/XIII

Recomenda ao Governo o reforço da formação em Cuidados Paliativos em Portugal

Autoria: CDS-PP

### Projeto de Resolução 350/XIII

Recomendações ao Governo no âmbito das negociações em curso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento UE-EUA – TTIP

Autoria: PS

### ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

### Decreto da Assembleia 23/XIII

Reforça a proteção dos consumidores nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas com período de fidelização (décima segunda alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas)







# **ENERGIA**

Resolução da Assembleia da República n.º 89/2016 - Diário da República n.º 100/2016, Série I de 2016-05-24

Assembleia da República

Aprova parecer fundamentado sobre a violação do princípio da subsidiariedade pela Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE



# **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

Relatório de Estabilidade Financeira de maio de 2016

Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Estabilidade Financeira de maio de 2016

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Regulamento da CMVM n.º 1/2016 - Diário da República n.º 101/2016, Série II de 2016-05-25

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo

Estatísticas trimestrais sobre gestão de ativos - 1.º trimestre de 2016

O valor dos ativos sob gestão individual e coletiva de carteiras em Portugal atingiu 93.537,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, menos 3.597,7 milhões do que no trimestre anterior e 2.385,9 milhões do que no período homólogo de 2015.

Comunicado da ESMA relativo à entrada em vigor do artigo 4º do Regulamento (UE) n.º596/2014, sobre abuso de mercado

Conselho da União Europeia prorroga por um ano novas regras para os mercados de valores mobiliários (DMIF II e RMIF)

A prorrogação por um ano das datas de transposição e de aplicação afetará a prestação de serviços de investimentos em instrumentos financeiros e o funcionamento dos mercados financeiros regulamentados. O acordo provisório com o Parlamento Europeu foi alcançado em 2 de maio de 2016, e será agora adotado um regulamento relativo à prorrogação.









# **FISCAL**

Declaração de Retificação n.º 10/2016 - Diário da República n.º 101/2016, Série I de 2016-05-25

Assembleia da República

Declaração de retificação à Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Orçamento do Estado para 2016

Lei n.º 13/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série I de 2016-05-23

Assembleia da República

Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo <u>Decreto-Lei n.º 433/99</u>, de 26 de outubro, e a Lei Geral Tributária, aprovada pelo <u>Decreto-Lei n.º 398/98</u>, de 17 de dezembro, e protege a casa de morada de família no âmbito de processos de execução fiscal

Acórdão n.º 198/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série II de 2016-05-23

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucionais as normas constantes do artigo 106.°, n.°s 1, 2, 3, 4 e 7, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho

Acórdão n.º 197/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série II de 2016-05-23

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucionais diversas interpretações normativas, relativas à tributação autónoma, retiradas do artigo 88.º, n.º 13, alíneas a) e b), e n.º 14, do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas (CIRC)

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Ofício-Circulado n.º 20190/2016, de 25/05 - Regime de Tributação dos Organismos de Investimento Coletivo - preenchimento dos anexos E e G da Declaração Modelo 3 de IRS.

Ofício-Circulado n.º 20191/2016, de 27/05 - Explorações Silvícolas Plurianuais - Heranças Indivisas - Declaração Modelo 3 de IRS - rendimentos do ano de 2015 - n.º 1 do artigo 59.º-D do EBF.

Inscrição Eletrónica como Residente Não Habitual

Foi disponibilizada uma nova funcionalidade, no Portal das Finanças, denominada "Inscrição como Residente Não Habitual", que permite ao interessado efetuar o pedido de inscrição. Assim, a referida inscrição passa a poder ser solicitada, também, através de meio eletrónico (mais simples e célere).







# **FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO**

Portaria n.º 148/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série I de 2016-05-23

Planeamento e das Infraestruturas

Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à <u>Portaria n.º 60-C/2015</u>, de 2 de março



# **IMOBILIÁRIO**

Acórdão n.º 195/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série II de 2016-05-23

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma, extraída do artigo 95.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de outubro [Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)], que permite a realização de inspeções ao domicílio de qualquer pessoa, sem o seu consentimento, nos termos e para os efeitos do referido diploma, ainda que sem a dispensa de prévio mandado judicial



# **JUSTIÇA**

Despacho n.º 6858/2016 - Diário da República n.º 100/2016, Série II de 2016-05-24

Justiça - Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Determina que a Direção-Geral da Política da Justiça acompanhe e assegure a monitorização da execução de todas as medidas inseridas no Plano Justiça + Próxima e no Simplex +, em estreita articulação com os organismos envolvidos, assegurando para o efeito a gestão das respetivas plataformas de reporte



# PROTEÇÃO DE DADOS

CNPD - Formulário de notificação para investigação clínica

A CNPD já tem disponível o <u>formulário</u> eletrónico específico para notificar tratamentos de dados pessoais para fins de investigação clínica. Após a revisão do quadro legal no âmbito dos estudos e ensaios clínicos e a atualização das orientações da CNPD nesta área, procedeu-se à desmaterialização destes processos. Assim, desde que respeitados os procedimentos de notificação e cumpridas as condições estabelecidas na <u>Deliberação n.º 1704/2015</u>, é possível encurtar significativamente o período de emissão de autorização, que se estima no prazo aproximado de duas semanas. Este é o trigésimo formulário especificamente desenvolvido pela CNPD para notificar tratamentos de dados determinados.







# **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

Portaria n.º 154/2016 - Diário da República n.º 102/2016, Série I de 2016-05-27

Saúde

Regula o regime de preços notificados dos medicamentos sujeitos a receita médica não comparticipados ou não comparticipáveis, nos termos da Portaria n.º 195-C/2015, de 30 de junho

Resolução da Assembleia da República n.º 92/2016 - Diário da República n.º 102/2016, Série I de 2016-05-27

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que concretize um plano estratégico para a implementação dos rastreios oncológicos de base populacional

### Despacho n.º 6744/2016 - Diário da República n.º 99/2016, Série II de 2016-05-23

Presidência do Conselho de Ministros e Saúde - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Estabelece disposições sobre o programa de simplificação administrativa, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil e do Programa Nacional de Vacinação, que inclui os seguintes projetos: "Nascer Utente", "Notícia Nascimento", "eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil" e "eBoletim de Vacinas"



# TABACO – CIGARROS ELETRÓNICOS

Portaria n.º 148-A/2016 - Diário da República n.º 99/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-05-23

Finanças e Saúde

Estabelece os formatos comuns para a comunicação e disponibilização de informações sobre produtos do tabaco e cigarros eletrónicos e recargas, bem como o valor das taxas a pagar pelos fabricantes e importadores, relativamente à receção, conservação, tratamento, análise e publicação das informações



**TMT** 

**ANACOM** 

# Consulta sobre projeto de alteração do Decreto-Lei n.º 123/2009 - prorrogação do prazo

Prorrogação do prazo de resposta até 07.06.2016 (Decreto-Lei n.º 123/2009 estabelece o regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios)







### Comissão Europeia publica princípios chave sobre ferramentas de comparação

Linhas de orientação publicadas pela Comissão visam garantir o cumprimento de regras de transparência e facilidade de utilização.

Comissão lança consulta pública sobre revisão do Quadro Europeu de Interoperabilidade

Contributos até 29.06.2016.



# TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Resolução da Assembleia da República n.º 90/2016 - Diário da República n.º 100/2016, Série I de 2016-05-24

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições do Trabalho, garantindo a eficácia da sua intervenção no combate ao trabalho precário

# **UNIÃO EUROPEIA**



# **COMISSÃO EUROPEIA**

### A União Europeia compromete-se a tomar medidas na Cimeira Humanitária Mundial

Na Cimeira Humanitária Mundial em Istambul, a União Europeia comprometeu-se a reforçar a prevenção e a preparação, a melhorar a resposta internacional e a contribuir para encontrar soluções que apoiem um sistema humanitário sobrecarregado.

### Quarenta anos de investimentos melhoraram as águas balneares da Europa

Os esforços da União Europeia para garantir águas balneares limpas e saudáveis tiveram início há quarenta anos, com a adoção da primeira Diretiva Águas Balneares.

# Comissão atualiza regulamentação da UE para o setor audiovisual e apresenta abordagem orientada para as plataformas em linha

A Comissão Europeia propôs uma atualização da regulamentação da UE para o setor audiovisual, a fim de criar um ambiente mais justo para todos os intervenientes, promover o cinema europeu, proteger os menores e combater melhor o discurso de incitação ao ódio. Esta proposta reflete igualmente uma nova abordagem das plataformas em linha, analisando os desafios em diversos domínios.

Comissão propõe novas regras em matéria de comércio eletrónico para que os consumidores e as empresas possam tirar o máximo partido do Mercado Único Crescimento — regras em matéria de comércio eletrónico

A Comissão Europeia apresentou hoje um pacote de medidas destinadas a permitir aos consumidores e às empresas comprar e vender produtos e serviços em linha, de forma mais fácil e com confiança, em toda a UE.







### Consulta pública

Mercado interno, Empresas

Consulta sobre a regulamentação das profissões: proporcionalidade e planos de ação nacionais dos Estados-Membros 27.05.2016 – 19.08.2016

**Transportes** 

Consulta pública sobre a avaliação do regulamento (EU) 913/2010 relativo à rede ferroviária europeia para um transporte de mercadorias competitivo

27.05.2016 - 21.08.2016



### CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

### Taxa mínima de IVA prorrogada por dois anos

O Conselho adotou uma diretiva que mantém a taxa normal mínima de IVA a 15% até ao final de 2017, na pendência dos debates sobre o regime definitivo do IVA.

### Tecnologias do mercado único digital e modernização dos serviços públicos

Em 26 de maio de 2016, o Conselho adotou conclusões sobre as tecnologias do mercado único digital e a modernização dos serviços públicos.

### Portabilidade dos conteúdos em linha: Conselho de acordo quanto aos princípios fundamentais

Em 26 de maio de 2016, o Conselho chegou a acordo quanto a uma orientação geral sobre o projeto de regulamento que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno.

# Proteção dos segredos comerciais: Conselho adota nova diretiva

Em 27 de maio de 2016, o Conselho adota uma diretiva que estabelece regras relativas à proteção dos segredos comerciais e das informações confidenciais das empresas da UE.

### Libertar uma banda de 700 MHz para os serviços móveis: Conselho define a sua posição

O Conselho adotou uma orientação geral sobre o projeto de decisão relativa à utilização da banda de frequência 470-790 MHz na UF.



### **JORNAL OFICIAL DA UE**

# ATOS LEGISLATIVOS

### Consumidores

Regulamento (UE) 2016/792 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativo aos <u>índices harmonizados de preços no consumidor e ao índice de preços da habitação, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2494/95 do Conselho</u>







Saúde

Regulamento (UE) 2016/793 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, destinado a <u>evitar o desvio de certos</u> <u>medicamentos essenciais para a União Europeia</u>

### ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/818 da Comissão, de 17 de maio de 2016, que <u>altera o Regulamento de Execução (UE)</u> n.º 1030/2014 que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito aos formatos uniformes e às datas para a divulgação dos valores utilizados com vista a identificar as instituições de importância sistémica global em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (1)

Regulamento Delegado (UE) 2016/822 da Comissão, de 21 de abril de 2016, que <u>altera o Regulamento Delegado (UE) n.º 153/2013</u> no que respeita aos horizontes temporais para o período de liquidação a considerar para as diferentes categorias de instrumentos financeiros (<u>1</u>)

Regulamento de Execução (UE) 2016/824 da Comissão, de 25 de maio de 2016, que estabelece normas técnicas de execução no que respeita ao conteúdo e formato da descrição do funcionamento dos sistemas de negociação multilateral e dos sistemas de negociação organizados e das notificações à Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados nos termos da Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos mercados de instrumentos financeiros

### COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Proteção de Dados

Regulamento de Execução (UE) 2016/818 da Comissão, de 17 de maio de 2016, que <u>altera o Regulamento de Execução (UE)</u> n.º 1030/2014 que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito aos formatos uniformes e às datas para a divulgação dos valores utilizados com vista a identificar as instituições de importância sistémica global em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho

Síntese do Parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados relativamente ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros e ao sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS)

Síntese das recomendações da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados sobre a proposta do Regulamento relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia



# **PARLAMENTO EUROPEU**

### Novas propostas sobre Mercado Único Digital são um passo na direção certa, dizem eurodeputados

Os eurodeputados debateram com o vice-presidente da Comissão para o Mercado Único Digital, Andrus Ansip, o novo pacote legislativo para impulsionar o comércio eletrónico na UE, que inclui propostas sobre as práticas injustificadas de bloqueio geográfico, a entrega transfronteiriça de encomendas e o cumprimento das regras de defesa do consumidor. A Comissão apresentou também uma proposta de revisão das regras da UE para o setor audiovisual e uma comunicação sobre as plataformas em linha.





### A defesa e a promoção dos direitos humanos na era da Internet

A Internet é considerada um instrumento essencial na promoção dos direitos humanos, mas também é utilizada por muitos governos para censurar a liberdade de expressão, vigiar ativistas e restringir os direitos humanos. Nove laureados com o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu para a Liberdade de Pensamento, estiveram em Bruxelas para debater, entre outros temas, os desafios da era digital na defesa dos direitos humanos.

### Energia: Eurodeputados defendem consumidores participativos no mercado e promoção das renováveis

A União da Energia deve habilitar os cidadãos a produzirem, consumirem, armazenarem ou venderem a sua própria energia proveniente de fontes renováveis, a título individual ou coletivo, e a tornarem-se participantes ativos no mercado da energia, diz um relatório hoje aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados apelam também a que os fundos da UE afetados à eficiência energética e ao apoio à produção própria de energia incidam sobretudo nos consumidores em situação de pobreza energética.

### Novas regras para o tabaco

Um em cada 4 europeus fuma e a grande maioria (94%) começou a fazê-lo antes dos 25 anos. Para fazer face a estes números, a UE adotou há dois anos uma nova diretiva para o tabaco que entrou em vigor na passada sexta-feira, 20 de maio de 2016. O objetivo é tornar o tabaco menos atrativo, especialmente entre os mais jovens.

### Mais um passo em direção ao Mercado Único Digital

Internet: um espaço sem fronteiras físicas mas ainda com muitos desafios para os utilizadores. Um deles é o bloqueio geográfico, situação que ocorre quando somos impedidos de aceder a um conteúdo ou a um produto devido à nossa localização geográfica. Os eurodeputados debateram em plenária as novas propostas da Comissão Europeia para impedir práticas injustificadas de bloqueio geográfico

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Neslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.



Sociedade de Advogados Ibérica do Ano The Lawyer European Awards, 2015-2012



Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano Who's Who Legal, 2015, 2011-2006 Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009



Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011





